

A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas

Maria Néida González de Gomez

A ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO VISANDO A TRANSFERÊNCIA DE INFORMAÇÃO

Os estudos referentes à informação constituem-se, no contexto do paradigma cultural do ocidente, caracterizados pela centralidade da função cognitiva e sua dualização em tendências conflitivas, tais como as tendências à globalização e à segmentação. Uma, a tendência à globalização, seria reafirmada pela expansão de uma infoesfera tecnológica que abrange potencialmente todo e qualquer estoque de conhecimento/informação. Outra, a tendência à segmentação, é resultante dos processos de especialização e de fragmentação – próprios dos paradigmas dominantes na produção moderna do conhecimento.

Os estudos e as tecnologias que têm como referente a informação organizam-se em torno de conceitos-chave, tais como recuperação da informação, disseminação da informação, entre outros. Um dos conceitos mais abrangentes pareceria ser o de transferência de informação.

Sumariamente, denominamos transferência de informação a um conjunto de ações sociais com que os grupos e as instituições organizam e implementam a comunicação da informação, através de procedimentos seletivos que regulam sua geração, distribuição e uso. Para isso, os centros sociais de transferência de informação (científica, tecnológica, econômica e política) interferem em um ou mais aspectos: a forma e a potência de sua transmissão, os procedimentos e suportes usados

para a sua armazenagem, e a natureza e destinação das operações de transformação, tendentes a organizar o acesso de determinados agentes a determinadas informações: tradução, representação; análises e sínteses de informação¹.

Na ótica de sua transferência, conhecimento/informação são olhados em um contexto de ação social, e os valores que orientam sua geração e transmissão não são, de modo necessário ou dominante, os de verdade e objetividade.

As condições e as formas de realização ;de valor são múltiplas e diversas: cognitivas, instrumentais, estratégicas, estéticas e simbólica.

Em um processo social de transferência, são múltiplos também os fatores culturais e sócio-políticos que definem suas bases técnicas e seus suportes institucionais; bibliotecas, arquivos, bases de dados, redes locais e internacionais.

As mesmas energias, porém, que potencializarão a geração e comunicação de conhecimento/informação são responsáveis por novas formas de dispersão da informação e pela retração das forças vinculantes dos espaços e ações de comunicação.

Hoje, a busca de uma informação que seja uma resposta pertinente e relevante às nossas perguntas requer a reconstrução de um complexo cenário onde sejam agregadas as populações de fontes e canais de informação, de modo a permitir processos seletivos, organizados e econômicos de busca e recuperação.

Nesse quadro, observa-se que a expansão dos mercados de informação e as mega-

Resumo

A organização e representação do conhecimento são de fundamental interesse para a recuperação e disseminação da informação. Consideramos oportuno indagar acerca das premissas epistemológicas implícitas na representação do conhecimento e o conhecimento da representação. Trata-se de uma contribuição para o desenvolvimento da pesquisa na área, no contexto da emergência de novas tecnologias e do reaparecimento paradoxal de princípios antropológicos de interpretação do conhecimento e da informação.

Palavras-chave

Filosofia da ciência/epistemologia; Filosofia do conhecimento; Ciência da Informação; Transferência da informação.

esferas eletrônicas reformulam a questão iluminista dos públicos do conhecimento e da cultura.

O efeito globalizador dos mercados e tecnologias de informação pressupõe a vigência de uma premissa epistemológica de máximo alcance, que assegure condições de uniformidade lingüísticas ou lógicas de uso da informação, ou seja, que ocupe o lugar que, no primeiro paradigma da modernidade, fora preenchido pela institucionalização dos modelos de ação racional.

A demanda de equivalência formal dos indivíduos, que fora condição da construção de uma nova esfera política burguesa, é agora substituída pela demanda mercadológica de equivalência formal de todos os componentes dos mercados da informação: dos códigos, das mensagens, dos modelos da realidade que organizam os programas, os sistemas de conhecimento e as estruturas cognitivas de emissores e receptores.

É à luz dessas novas pretensões globalizadoras, que a cultura local, os estilos de conhecimento, as representações coletivas e a estética (no duplo sentido de imagem e sensorialidade) são tematizados como problemáticos.

Após o predomínio dos modelos estruturais e sistêmicos, o novo horizonte problemático abre espaço a modelos analíticos descritivos, relacionais, construtivistas, que permitam focalizar o papel dos atores e as práticas sociais de comunicação e informação.

Nesse contexto, consideramos que a representação não consiste em uma dimensão necessária da relação gnosiológica do homem com o mundo, mas em um constructo sócio-cultural constituído nas relações de uns homens com outros homens. Na busca de novos pontos de partida, a área dos estudos da organização e da representação do conhecimento – acreditamos – deverá passar pela reconstrução de algumas premissas epistemológicas – subjacentes às mudanças de *locus* do conhecimento/informação nas modernas formações sociais.

O LOCUS DO CONHECIMENTO NA SOCIEDADE OCIDENTAL

Poder-se-ia dizer que o conhecimento, enquanto relação do pensamento com o real, muda três vezes de lugar no quadro da cultura ocidental.

Em primeiro momento, a excelência do conhecer não passa pelo representar. O solo do conhecimento é ontológico; a vizi-

nança do homem com o mundo, da ordem do ser, precede e legitima toda vinculação predicativa, na ordem do juízo.

Em um segundo momento, conhecer é representar, e o mundo só é enquanto é representado. O solo do conhecimento é a consciência.

Em um terceiro momento, o representado, produto do conhecimento em sua investitura semiótica, manifesta-se como autônomo, independente do sujeito e do objeto do conhecimento. Nesse momento, o solo do conhecimento é a linguagem, sistema de significados ou matéria sinalética. A questão do acesso aos objetos e à reflexão acerca das condições da experiência são substituídos pela questão do *fatum* da linguagem e pela reflexão acerca de suas condições de interpretação².

O MOMENTO ONTOLÓGICO

Em Platão, o saber é do domínio da intuição, visibilidade e visão do ser em sua presença; a representação carece de valor epistemológico. A palavra, convencionalmente ligada à idéia-forma, é um puro significante não mediado por entidades lógicas, tais como o conceito ou a proposição^{3,4}. As idéias – universalidade sem multiplicidade – relacionam-se entre elas e com suas cópias (os objetos da experiência sensível) por participação.

Trata-se de uma relação interior, ontológica e não representacional⁵. A idéia não procede por inclusões, na ordem da extensão, tal como nas operações entre conceitos, mas bem opera por intensidade qualitativa.

Assim, o *locus* de apresentação do real é o intelecto que intui (*nous*), em frente do qual o entendimento argumentativo (*dianóia*) possui um caráter derivado.

A dignidade e excelência do saber não vêm da competência lógica ou da receptividade transparente das faculdades de representar, mas da passiva abertura ao ser.

Com sua teoria dos dois mundos⁴, o platonismo subordinava a questão epistemológica à questão ética, sob o princípio do maior estatuto de realidade e de verdade do fundamento (as idéias ou formas) sobre o fundado (os objetos que pertencem aos mundos cotidianos da experiência).

Trata-se de remeter sempre aquilo que aparece e que parece ser enquanto derivado àquilo que, enquanto originário, estabelece-se como modelo.

A pluralidade do mundo das idéias é uma pluralidade de essências monádicas, unidades arquetípicas e organizadoras das diferenças. Nisso as idéias opõem-se à

multiplicidade caótica das imagens ou simulacros, sem redução possível nem ao plano do fundamento (os modelos) e nem ao plano do fundado (as cópias). Só a relação de semelhança do derivado (a cópia) com o original, a idéia, garante a submissão das diferenças à identidade ordenadora do modelo*.

Instalava-se assim uma ferida entre as boas aparências ou as boas representações e as aparências ruins, os simulacros, irredutíveis aos modelos ou fundamentos. O dualismo platônico institucionalizava, assim, a metafísica, como afirmação de um real invisível que condena a esfera da visibilidade cotidiana à ordem da aparência. Trata-se de uma fenda intransponível que, uma vez tematizada como condição antropológica, dará origem propriamente àquilo que se denomina representação.

Atribui-se a Aristóteles, segundo Heidegger⁶, ter redefinido a relação do pensamento com o real, ao estabelecer a *logos* como o novo *locus* da verdade. Trata-se de um espaço específico, o do julgamento, a partir do qual são lançadas relações em duas direções: em direção ao pensar e em direção ao mundo.

O espaço organizado dessas relações (organizado pela gramática e pela lógica) é a proposição e sua expressão enunciativa, "O verdadeiro é a afirmação da composição real do sujeito e do atributo e a negação de sua separação real." (p. 151⁷)

A relação predicativa começará a prevalecer sobre a relação ontológica. Em Aristóteles, porém, o princípio de reunião é ainda da ordem do ser, a síntese do *logos apofântico*, do julgar, tem um embasamento no estar junto com algo. Nesse estar juntos, assenta-se a possibilidade de afirmar algo acerca de algo.

Conforme Heidegger, "só devido a que a função do *logos* como *apofansis* consiste no permitir que algo seja, mostrando-o, pode ser o *logos* a forma estrutural da síntese. Síntese não quer dizer aqui enlace de representações, em um manipular com processos psíquicos, uniões acerca das quais necessariamente surgirá o problema de sua concordância, sendo interiores, com o físico exterior. O *sin* tem aqui uma significação meramente apofântica e quer dizer permitir ver algo como algo".**

* Para Deleuze, Platão distingue ou opõe o modelo à cópia para obter um critério de discriminação entre a cópia e o simulacro *Cif*. Deleuze⁵ (1988) p. 419.

** Aristóteles tem explanado com mais rigor essa função da fala chamando-a *apophainesthai*. O *logos* permite ver algo (*phainesthai*) a saber, aquilo do qual se fala e permite-o ver a quem fala ou aos que falam uns com outros. A fala permite ver *apo...* partindo daquilo mesmo do qual se fala. Heidegger, M.⁶ (1951), p. 43.

Em um momento posterior, pós-aris-totélico, surgirá o problema da *adequatio* na relação *intellectus res*. O problema da concordância existe enquanto existe uma fissura entre um interior (o representar da consciência) e o exterior (aquilo que é representado, a coisa em si ou um X que sinaliza um real inatingível).

Na filosofia grega, pode-se generalizar além do todo formado pela relação predicativa, que se teria sempre uma estrutura ontológica sustentando esse todo. No horizonte da filosofia moderna, o todo que sustenta a relação predicativa é de natureza gnosiológica: da ordem da consciência, e não da ordem do ser.

Esse estreitamento do *logos* e do *dia-logos* que, a partir de Sócrates, iniciara os caminhos discursivos da argumentação e da retórica, expressa-se, concretamente, no aplainamento das unidades de expressão do pensamento na delgada superfície da proposição declarativa. Todos os esforços posteriores para pensar a linguagem mal conseguem passar o horizonte-guia da proposição.

O MOMENTO GNOSIOLÓGICO

A ruptura da unidade cristã, espiritual, ontoteológica, levará o homem moderno a defrontar-se com a contingência de uma existência sem resguardo.

A formulação dos novos paradigmas da experiência moderna terá estágios preparatórios, que passarão pela crítica ao pensamento tomista e pelo esforço em redefinir a metafísica nos termos de uma ciência das ciências, estabelecida sua ruptura com a teologia⁸.

As formas de participação e de comunhão com o real em suas profundezas são substituídas por uma experiência da contingência, que coloca o homem como condição e como limite de tudo o que é dado. Ele está no cerne da definição do que seja a origem e suas derivações.

A unidade orgânica do homem com o mundo, a intuição, a presença das coisas elas mesmas, o saber da testemunha, irão sendo substituídos pela unidade da consciência, a representação e a construção experimental e documentária da prova.

Sumariamente, e a partir desse momento, conhecer é representar, e o mundo como totalidade do contexto da experiência é, enquanto representado pela consciência, que é agora o lugar da representação, o próprio solo do conhecimento. O signo é um instrumento da representação. Para Heidegger, é a descoberta moderna: "... que por imenso e volumoso que seja o mundo, toda sua existência está pendente de um

só e delgado fio que é, em cada caso, a consciência em que se apresentar"⁹.

Por outro lado, a experiência da contingência humana transforma-se na potência do indivíduo responsável de si mesmo e de seus atos (liberdade moral). O homem cartesiano, que leva em seu voluntarismo as marcas da *voluntas dei*⁸, absoluta, é quase um substituto da criação, artesão metafísico que tem dentro de si os princípios do real (as idéias claras e distintas) e os critérios de reconhecimento do verdadeiro (certeza e evidência). No "eu penso" do individualismo gnosiológico cartesiano, juntam-se o sujeito da vontade eficaz e a representação com seu exercício de eficácia racional, pois a consciência do conhecer como representar é a expressão de uma experiência organizada e organizadora que lança sobre o mundo as malhas reguladoras de suas idéias-significados.

Locke permite acompanhar a trajetória da nova compreensão representacional do conhecimento, em sua versão empiricista. O signo - como aquilo que ao substituir algo que se apresenta, é também o lugar manifesto de sua ausência - invade como uma cunha o espaço da relação entre o pensamento e o real.

Considerando o signo em sua função cognitiva, Locke inaugurava uma abordagem epistemológica da semântica, a diferença da abordagem lógico-gramatical da Idade Média:

"... Existe tão estreita conexão entre as idéias e as palavras, ... nossas idéias abstratas e as palavras genéricas guardam tão constante relação mútua, que é quase impossível falar com clareza e distinção acerca de nosso conhecimento, todo ele consistente em proposições, sem considerar, primeiro, a natureza, o uso e o significado da linguagem..." (p. 388¹⁰)

No homem e por seu intermédio, enquanto instrumento de cognoscibilidade e comunicabilidade, constrói-se o novo plano de agregação para as coisas e as idéias: a linguagem.

Desativados os ordenamentos metafísicos do real, é a linguagem quem propõe as figuras agregadoras das essências nominais¹⁰.

Duas seqüências paralelas - uma, de instantes e intensidades vivenciais cujos valores sensoriais apontam a estados de coisas no mundo, e outra, de ocorrências pontuais de significantes ocorrências sonoras ou gráficas (*tokens*) - são articuladas pelo homem (palavra-forma, *type*). O nome constrói unidades provisórias e convencionais que ligam a série de ocorrências dos significantes e a série de ocorrências da experiência sensorial.

O nominalismo, porém, se não requer uma figura forte do sujeito da razão, requer um sujeito de vontade, pois arbitrariamente um nome se converte em sinal de uma idéia, de modo que o universo dos signos cresce atrelado à potência de um querer.

Um entre-meio substitui o "entre" do homem que é "no mundo", entre as coisas. Esse entre-meio é ocupado pelo signo - agora instrumento do conhecimento. É nesse entre-meio, constituído pela representação e pelo signo como seu instrumento, onde se estabelece, sempre a *posteriori*, a relação entre os estados do pensamento e os estados das coisas do mundo (um puro x não controlável de onde emergem os dados sensoriais).

Se o ponto de partida do conhecer não é já o estar no mundo entre as coisas, o ponto de partida da comunicação não é o estar com de uns com os outros, mas o estar juntamente no entre-meio do signo:

"Porque, como entre as coisas que a mente contempla não há nenhuma, com exceção dela mesma, que seja presente para o entendimento, é necessário que alguma outra coisa apresente-se como signo ou representação da coisa em consideração, e esse é o papel das idéias. E, como a encenação das idéias, que constituem os pensamentos de um homem, não pode exibir-se de um modo imediato aos olhos de outro homem, nem armazenar-se em nenhuma outra parte que não seja a memória, que não é um armazém muito seguro, temos a necessidade de signos de nossas idéias para poder comunicar nossos pensamentos uns aos outros, assim como para registrá-los em nosso próprio benefício" (p. 728¹⁰).

O sujeito nominalista de Locke organiza sua experiência com o homem-contrato. O signo operacionaliza, assim, um dupla síntese associativa: de um lado configurava o intelecto social, e, de um outro lado, construa um mundo.

No idealismo kantiano, elaborou-se uma outra figura da representação, entendendo-a como construção e olhando o conhecimento como ato.

Antes de qualquer experiência particular, aqui e agora, o sujeito organiza toda experiência do mundo enquanto fenômeno, ou seja, enquanto se coloca no domínio da representação.

A síntese produtiva do entendimento¹¹, como operação fundadora do conhecimento, estipula as condições do "objeto de experiência possível". No domínio da finitude, o possível é anterior ao real, pois não tem outra maneira de algo ser para o homem alguma coisa, se não nos limites de suas possibilidades gnosiológicas.

Kant reformula a subjetividade, passando da consciência individual do *cogito* cartesiano à figura de um sujeito em geral, cujas formas universais são válidas para a humanidade como um todo.

O conhecimento implica uma dupla relação: relaciona-se com o objeto, enquanto representação; relaciona-se com o sujeito, sob a forma da consciência. A consciência é assim a condição universal de um conhecimento em geral, "... a representação não é o conhecimento, mas o conhecimento pressupõe sempre a representação" (p. 50, 51").

Enquanto síntese de representações, o conhecimento afirma sobre o objeto da representação algo que não pertence à representação ou a sua matéria. O ato de conhecer diferencia e remete, um a outra, a representação e a consciência (sendo a consciência a representação de que outra representação está em mim) e, ao mesmo tempo, remete a um objeto a síntese do diverso: o vermelho à rosa, a curvatura ao horizonte.

Estabelece-se uma nova forma de conflito, não entre as boas representações e as falsas aparências, mas entre as faculdades do sujeito e suas metas de perfeição: a busca de perfeição estética da sensibilidade entra em confronto com a busca de perfeição lógica do entendimento.

As realizações do conhecimento, tal como a ciência, resultam do equacionamento das potências das faculdades, organizadas pela supremacia do entendimento e harmonizadas pelo esquema da imaginação produtiva. A sensibilidade, receptiva, acolhe a matéria de todo conhecimento, sujeitando-a às formas puras da intuição: espaço e tempo. O entendimento, faculdade ativa, opera por conceitos. O princípio de sua atividade é a síntese; seu produto, o conhecimento discursivo. O domínio do conhecimento conceitual não anula, porém, a participação da sensibilidade estética. Através dela, o conhecimento discursivo relaciona-se com o que nos é dado, outorgando uma existência empírica às nossas programações conceituais. A harmonização favorece também a publicização dos conhecimentos.

"No entanto, visto que a necessidade da natureza humana e o objetivo de vulgarizar o conhecimento exigem que se procure reunir duas percepções uma a outra, então devemos empenhar-nos também em conferir a perfeição estética àqueles conhecimentos que são de todo passíveis dela e em tornar popular pela forma estética um conhecimento conforme as regras da escola e logicamente perfeitos." (p. 54¹²)

Para Kant, a representação é uma atividade em que são retomadas e sintetizadas

as multiplicidades do que se apresenta, e o conhecimento é uma síntese de representações.

Os princípios das operações conceituais do entendimento – as categorias – e as formas da intuição pertencem ao sujeito em geral e, como tais, impõem suas condições aos sujeitos individuais em suas experiências concretas. São transculturais e transindividuais.

O sujeito não aparece, assim, como uma intransparência, como algo que atrapalha e dificulta o conhecer.

É esse sujeito modelar transcendental a garantia da comensurabilidade da experiência de cada um com a experiência histórica da humanidade como um todo; é esse sujeito em geral quem atrela os princípios universais e os produtos discursivos em uma única teia de realização da razão.

O conhecimento do objeto possível é o novo resguardo da objetividade possível do conhecer.

Preservada a objetividade, estava a salvo também um critério para diferenciar representações de simulacros. O critério ontológico platônico é reformulado por critérios gnosiológicos: empiricista, como em Locke, ou racionalista, como em Kant. Eles se remetem sempre a um sujeito e às potências de suas faculdades.

A VIRADA SEMIÓTICA

A partir do século XIX acontecerá um movimento em sentido inverso, e o sujeito perderá toda força explicativa – não só na esfera do conhecimento, mas também enquanto agente de ações e transformações sociais.

O estruturalismo, os novos estudos da semiótica e as epistemologias sem sujeito constituem as novas premissas do conhecimento e de sua possibilidade de objetividade.

Para Peirce, o solo do conhecimento do real é o signo. Comunicação e conhecimento são acontecimentos no interior do signo. "... do mesmo modo como dizemos que um corpo encontra-se em movimento, e não que o movimento está no corpo, devemos dizer que nos encontramos em pensamento, e não que pensamentos estão em nós." (segundo Pierce¹³, citado por Bicca², p. 39)

Para Saussure, a língua, como sistema de relações, independe dos atos ou práticas do falar quanto das intenções dos sujeitos que falam¹⁴. Conforme Bourdieu:

"... Saussure mostra que o *medium* verdadeiro da comunicação entre dois sujeitos não é o discurso enquanto dado imediato

considerado em sua materialidade observável, mas a língua enquanto estrutura de relações objetivas que torna possível a produção do discurso e sua decifração."... (p. 482¹⁵)

O passo das filosofias da consciência às filosofias da linguagem e o deslocamento do signo do papel coadjuvante de instrumento a seu novo papel de *locus* do conhecimento pareceriam suturar a fenda que a modernidade instalara entre o objeto e o sujeito.

A demanda de objetividade reaparece, porém, sob a nova figura. Na modernidade, o conhecimento objetivante manifesta-se como público e publicado. No mundo contemporâneo, é enfatizado o produto do conhecimento e conhecimento objetivado. A epistemologia sem sujeito de Popper reformula a figura da semiose – antes instrumento gnosiológico do sujeito – ao conceber uma esfera de estrutura semiótica tão independente do sujeito quanto do objeto do conhecimento. "O conhecimento em sentido objetivo é conhecimento sem conhecedor; é conhecimento sem sujeito que conheça" (p. 11¹⁶)

O conhecimento, produto autônomo e às vezes não intencional das ações humanas, carece de toda transparência e imediatismo para seus próprios produtores, apesar de seus efeitos de retrocarga sobre as esferas das subjetividades.

Os produtores de conhecimento, especificamente os cientistas, são antes operários anônimos que autores. "Todo trabalho em ciência é trabalho dirigido para o crescimento do conhecimento objetivo... Somos trabalhadores que estamos aumentando o crescimento do conhecimento objetivo, (p. 122¹⁶)

As novas premissas, que agregam no domínio do signo tanto as práticas heterológicas dos múltiplos sujeitos quanto a diversidade dos campos de construção do objeto do conhecimento, alargam também os domínios da questão da representação do conhecimento.

"A representação do conhecimento na forma simbólica é uma questão que preocupou o mundo da documentação desde sua origem. O problema é relevante agora em muitas outras situações além dos documentos e índices. A estrutura de registros e arquivos em bases de dados; a estrutura de dados nos programas de computador; a estrutura sintática e semântica da linguagem natural; a representação do conhecimento em inteligência artificial; os modelos de memória humana: em todos estes campos é necessário decidir como o conhecimento pode ser representado de forma que as representações possam ser manipuladas." (Vickery¹⁷, p. 145)

De fato, estariam processando-se grandes mudanças. A base semiótica ou simbólica da representação e sua transmutação possível em códigos computacionais, permitiriam restabelecer, em um novo plano, a comensurabilidade e comutabilidade de todos os discursos. As diversidades das linguagens – verbais ou de imagens – e a heterologia dos conteúdos culturais parecem confinados a encontrar um termo de equivalência nos códigos homológicos das linguagens digitais.

Ao mesmo tempo, a nova interpretação semiótica ou simbólica da representação homologaria todas as tradições disciplinares e técnicas em torno da representação (de conhecimentos, informações, dados) e seus suportes ou registros. Por um lado, desenha-se, em torno da questão da representação, um campo interdisciplinar que reúne, ao menos, as ciências do conhecimento, da linguagem, da informação e suas interfaces com as novas tecnologias. Por outro lado, o tratamento da representação no quadro operacional da recuperação da informação, como metalinguagem, perde, em parte, seu objeto de referência.

As representações nos documentos e outros itens de informação (classificações, índices, cadastros e catálogos) e os conteúdos representacionais aos quais remetem (textuais, icônicos, sonoros) não se colocarão mais frente a frente como duas ordens da representação.

A diversidade dos códigos das interpretações representacionais, assemelhados em sua base semiótica, serão agora pluralidades simultâneas e da mesma ordem: agregados de camadas de signos referenciando-se umas às outras, sem exemplares nem níveis privilegiados.

Qual seria agora o *locus* e o papel das hierarquias, dos critérios seletivos, das linhas de intencionalidade?

Como os diferentes arcabouços sociais de transferência da informação, das formações subjetivas e organizacionais, realizarão suas funções cognitivas no quadro dos novos paradigmas poliepistemológicos e das memórias plurais?

Qual é, em verdade, a natureza e alcance das novas condições epistemológicas, comunicacionais e sociais da transferência da informação?

UMA NOVA AGENDA DE QUESTÕES PARA A PESQUISA NA ÁREA DE ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO VISANDO À RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A informação, como conceito, reproduz, de certa forma, os deslocamentos culturais do *locus* da relação do pensamento com o real. Temos assim a informação concebida *in re*, como estrutura ou atributo de estados de coisas no mundo; a informação como *image*, no campo do intelecto ou da consciência e finalidade, a informação *in dito*, função da linguagem, do texto ou da razão escrita.

Uma das tematizações mais frequentes é aquela que estuda a informação no contexto da comunicação do conhecimento.

Ranganathan¹⁸, ainda na década de 30, primeiro sob o escopo da biblioteconomia e depois da documentação, estabelece que as condições de organização e de representação dos registros do conhecimento resultam das condições de geração, organização e socialização do próprio conhecimento.

A representação orientada à transferência da informação era analisada por Ranganathan em três planos interdependentes: o plano das idéias, o plano verbal e o plano notacional – código alfanumérico que estabelecia o elo entre a ordem ideacional e as unidades discretas dos registros do conhecimento.

Os estudos posteriores da representação não dariam maior ênfase à questão cognitiva, pelo menos durante décadas. Os conhecimentos serão mais matéria de mapeamento pontuais, descritivos, conforme as necessidades resultantes do desenho e avaliação de sistemas de recuperação da informação, sem maiores indagações teóricas ou críticas.

No estágio atual da questão – a partir da década de 80 e com certa frequência – as questões cognitivas dos processos de informação ficam em evidência, para alguns sob a influência dos novos parâmetros temporais e espaciais, definidos pela mundialização dos mercados da informação.

A abordagem cognitivista procura contribuir para a definição de um modelo de usuário que permita a manipulação operacional dos procedimentos intelectuais (internos) de representação, busca e absorção da informação, simulados em sistemas homens-máquina.

Outras versões preocupam-se com a contextualização das trocas de informação no quadro das relações sociais e suas figuras de cooperação e de conflito. As formas organizacionais e os arcabouços sociais de trocas informacionais são variáveis significativas na compreensão das cadeias de transferência de conhecimento/informação*.

A comunicação do conhecimento científico entra também em processos de reformulação.

A crise dos paradigmas prévios de cientificidade e a crítica da razão dogmática levarão a redefinir, entre outras coisas, quem são os atores que participam das esferas de circulação da informação científica, alargando o campo de parcerias possíveis entre os cientistas e a sociedade.

O desenvolvimento de programas interdisciplinares e transdisciplinares requerem novas formas de institucionalização dos saberes, colocando demandas poliepistemológicas de articulação argumentativa e administrativa.

Por diversos motivos, um tema ficou sem tratamento suficiente: a relação entre: informação e significado.

Na versão da teoria da informação, a informação é considerada independentemente do vínculo com um significado, como seqüência de sinais, no contexto da engenharia da comunicação.

Bar-Hillel e Carnap²², ao elaborarem uma teoria semântica da informação, estudaram as propriedades semânticas como independentes da vinculação comunicacional, considerando que a relação entre o ato de enunciar e o conteúdo do enunciado era psicológica, e não lógica, e, por isso, irrelevante para uma teoria semântica da informação.

A redução da semântica à semântica formal ou das condições de verdade projetou sérias restrições ao estudo da relação significado-informação. Assim, a informação lógico-semântica, sustentada por um significado invariável estipulado ria fonte, era concebida como independente das interpretações subjetivas de seus codificadores e alheia à diversidade dos contextos em que estiveram situados emissor e receptor.

* Acerca da aplicação do paradigma cognitivista à recuperação/ver Ellias D¹⁹, e Daniels, P.J²⁰. Acerca da relação entre os pressupostos epistemológicos e os contextos organizacionais da transferência de conhecimento/informação, ver Turner²¹, especificamente, p. 22.

Ao mesmo tempo, a modelagem das ações de armazenagem, processamento e recuperação da informação, conforme um paradigma simplificado de sistema, favorecia a redução dos problemas da significação aos problemas de controle e padronização. Para Delattre²³, existe sempre um e só um vocabulário privilegiado do sistema.

Em suma, tratava-se de definir boas linguagens ou vocabulários privilegiados, aos quais deveriam remeter-se todas as formas que, a efeitos da finalidade sistêmica, apareciam como linguagens imperfeitas, entrópicas ou multívocas.

Hoje, percebem-se sintomas de uma incipiente mudança nos critérios de relevância: da ênfase nos sistemas e nas leituras estruturais à ênfase nos atores sociais e suas ações de comunicação/informação, colocando-se em um novo escopo a questão da significação.

Novas orientações nos estudos da linguagem, entre as quais aquelas que retornam as teses de Wittgenstein²⁴ sobre os jogos de linguagem, as reformulações da pragmática ou da sociolinguística, a teoria dos atos de enunciação e a teoria da ação comunicativa de Habermas²⁵, entre outras, incorporam novos horizontes para a problematização da representação.

Knowledge of representation and representation of knowledge: some epistemological questions

Abstract

Knowledge organization and representation are of fundamental importance in information retrieval and dissemination. We considered it opportune to inquire about implicit epistemological premisses underlying knowledge representation and representation of knowledge. This will be a contribution for development of research in this subject, considering the context of emerging new technology and the paradoxical "revival" of anthropological principles for knowledge/information interpretation.

Keywords

Philosophy of Science/epistemology; Philosophy of Knowledge; Information Science; Information transfer.

Por outro lado, se as novas tecnologias e a globalização dos mercados da informação apostam numa megaesfera de informação digitalizada, são também crescentes as preocupações com a autonomia cultural e com o papel das memórias tradicionais e locais*.

O hiato destacado por Hegel entre os conceitos elaborados por especialistas e as representações particularistas dos atores em suas experiências cotidianas, aprofunda-se nas sociedades cada vez mais dependentes dos mercados transnacionais da informação. Olhando-se no espelho das sociedades pós-industriais e de seus paradigmas prescritíveis, os povos dos países periféricos são pressionados a ver suas diferenças unicamente como carência dos atributos modelares²⁶.

Com certeza, a busca de figuras autônomas de desenvolvimento de recursos e tecnologias de informação passará pela autonomia epistemológica que permita elaborar nossas próprias agendas de pesquisa – também no campo da organização e representação do conhecimento visando a recuperação da informação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. WERSING, G. The potencial of basic research on users for new orientation of information services. In: *FID Congress.*, Kopenhagen, 1980.
2. BICCA, L. A subjetividade moderna: impasse e perspectivas. *Síntese Nova Fase*, v. 20, n. 60, p. 9-34, 1993.
3. CONFORD, F.M. *Plato's Theory of Knowledge (The Theatetus and the Sophist of Plato)*. NY: Bobbs Merrill, 1957.
4. PLATON. *La República*. Bs.As.. EUDEBA s/d.
5. DELEUZE, G. *Diferença e Repetição*. R.J.: Graal, 1988, 499 p.
6. HEIDEGGER, M. *El Ser y El Tiempo*. México: Bs.As., FCE, 1951, p. 235.
7. ARISTÓTELES. *Metafísica*. Barcelona, 1964, 388 p.
8. ALLIEZ, E. *Tempos Capitais*. S.P.: Siciliano, 1991, p. 402.
9. HEIDEGGER, M. *La pregunta por la cosa*. Bs. As., SUR, 1964.
10. LOCKE, J. *Ensayo sobre el entendimiento humano*: México: FCE, 1956.

11. KANT, I. *Crítica de la Razón Pura*. Br.As., Losada, 1961.
12. KANT, I. *Lógica*. R.J.: Tempo Brasileiro, 1992.
13. PEIRCE, Ch.S. *Semiótica*. S.P.: Perspectiva, 1977.
14. SAUSSURE, F. de As palavras sobre as Palavras. In: Saussure, F. de et alii. *Textos Seleccionados*. S.P.: Abril Cultural, 1975. Os Pensadores.
15. BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da Praxis. In: *Sociologia*. SP: Ática, 1983.
16. POPPER, K. R. *Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária*. BH: Ed. Itatiaia; S.P.: Ed. Univ. de São Paulo. 1975.
17. VICKERY, B.C. Knowledge Representation: a brief review. *Journal of Documentation*, n. 42, 1986.
18. RANGANATHAN, S. *Five Laws of Libray Science*. Bombay: Asia Pu House, 1963
19. ELLIAS, D. The Phisical and cognitive Paradigms in information Retrieval Research. *Journal of Documentation*. v. 48-64, 1992.
20. DANIELS, P.J. Cognitive Models in information Retrieval. An evaluative Review. *Journal of Documentation*. v. 42, n. 4, p. 273-304, 1986.
21. TURNER, W.A. De l'epistemologie à la competitivité industrielle: quelques reflexions sur la Science de l'information *BRISES*, n. 16, p. 21-24, 1992.
22. BAR-HILLEL, Y; CARNAP. R. Semantic Information. *Brit. J. Philos. Sci.*, v. 9, n. 89, p. 12-27, 1954.
23. DELATTRE, P. *Teoria dos sistemas epistemologia*. Lisboa: A. R. Regra do Jogo, 1981.
24. WITTGENSTEIN, L. *Tratado Lógico-Filosófico, Investigações Filosóficas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
25. HABERMAS, J. Sobre a crítica da teoria do significado. In: *Pensamento Pós-Metafísico Estudos Filosóficos*. R.J.: Tempo Brasileiro, 1990, p. 105-150.
26. CARNEIRO LEÃO, E. Para uma crítica da interdisciplinaridade. R.J.: Tempo Brasileiro, n. 111, 1992; p. 5-20.

Artigo aceito para publicação em 28 de dezembro de 1993.

Maria Nélide González de Gomez

Doutora em Comunicação, professora da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) do IBICT.

* Entre outras referências possíveis, a conferência organizada pela German Library Association em 1992, conforme comunicação divulgada no UNISIST Newstetter (1992) *Information policy as cultural policy. Cultural, Economic and Societal Aspects*, p. 55.